

- (2002e). “Precarização social, tutela filantrópica e voluntariado”. MOTA, Márcia e Piñeiro, Théo Lobarinhas – *Voluntariado e Universo Rural*. Niterói, Ed. Vício de Leitura:9-41.
- (2002f). “Voluntariado, humanismo salvador e fronteiras de classes”. Trabalho apresentado no *Simpósio: fronteiras de classes, antigas alfândegas, novas chancelas*. Gramado, 23ª Reunião da ABA.
- (2002g). *As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. Relatório de pesquisa encaminhado ao Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas/ IBAM/PROLID, mim. em junho de 2002 (cd-rom, 2003)
- (2003). “Projetos de desenvolvimento: predação/sustentabilidade? Lógicas políticas e parcializações do mundo social (mim.)
- NOVAES, Regina C. Reyes (1995). “Introdução”. *Pobreza e Trabalho Voluntário*. Estudos sobre a ação social católica no Rio de Janeiro. Projeto Filantropia e Cidadania. Textos de Pesquisa. Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa do ISER:7-15.
- PAUGAM, Serge (dir.)(1996). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte.
- SALMON, Jean-Marc (1998). *Le désir de société. Des restaurants du cœur au mouvement des chômeurs*. Paris: La Découverte.
- SARTI, Cynthia Andersen (1996). *A família como espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Editora Autores Associados.
- SASSIER, Philippe (1990). *Du bom usage des pauvres*. Histoire d'une thème politique XVI-XX siècle. Paris: Fayard.
- SILVA, Hélio R.S. e MILITO, Cláudia (1995). *Vozes do meio fio. Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- STOFFELS, Marie-Gislaine (1977). *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TELLES, Vera da Silva (1990). “Pobreza como condição de vida. Família, trabalho e direito entre as classes trabalhadoras urbanas”. *São Paulo em perspectiva* Nº 4(2), abril-junho: 37-45.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et ali (1992). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: HUCITEC.
- WEBER, Max (1990). *Le savant et le politique*. Paris: Plon.

VOLUNTARIADO FILANTRÓPICO: HUMANISMO SALVADOR E GESTÃO SOCIAL*

DELMA PESSANHA NEVES**

RESUMO

O artigo apresenta a análise de um conjunto de questões constitutivas do atual fenômeno de expansão do voluntariado filantrópico e de sua interseção com a constituição de novos padrões de ação estatal. Destaca os cuidados metodológicos inerentes aos procedimentos analíticos, elegendo como unidades de análise o campo institucional da caridade e o ideário da sociedade solidária, referenciador de programas sociais estatais. Conseqüentemente, considera o debate em torno da concorrente atribuição de significados à *pobreza* e aos *pobres* escolhidos como beneficiários das ações sociais filantrópicas (privadas e públicas).

ABSTRACT — PHILANTHROPIC VOLUNTEERING:
SALVATIONIST HUMANISM AND SOCIAL ADMINISTRATION

This article presents an analysis of a series of questions regarding the phenomenon of philanthropic volunteering and the intersections between this and the constitution of new patterns of State action. The study was undertaken with great methodological care, electing as units of analysis the institutional field of charity and the ideals of social solidarity referenced by State social programs. Consequently, it centers around the debate regarding the meanings ascribed to poverty and the poor as beneficiaries of social philanthropic action (both public and private).

*Este artigo constitui um dos subprodutos do projeto integrado de pesquisa – Transmissão de patrimônios culturais sob exclusão social, Sub-projeto – O Campo Institucional da Caridade, contemplado pelo CNPq com bolsas de iniciação científica, de aperfeiçoamento e de produtividade. O projeto de pesquisa vem se desdobrando na análise de diversas temáticas vinculadas à *pobreza*, como o *alcoolismo* e a precária inserção geracional. Estes desdobramentos têm sido possíveis pela obtenção de apoio do CNPq, desde março de 1995.

**Professora do PPGACP-Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do CNPq/Departamento de Antropologia/UFF.

As tendências no sentido da segmentação exacerbada na sociedade ocidental (capitalista) recorrentemente suscitam debates e meios de previsão e controle dos supostos efeitos. Este foi o caso da objetivação do Estado-providência, concebido como recuperador do tecido social esgarçado pela constituição de trabalhadores empobrecidos para atendimento do processo industrial. Por medidas de redistribuição de recursos e objetivação de modelos definidores de padrões básicos de reconhecimento da dignidade social, os serviços oferecidos pelo Estado-providência visavam integrar as massas proletárias na sociedade de consumo então em constituição, pelo menos para este segmento assim integrado.

No atual contexto de transformação das funções do Estado, tendo em vista a referência ao ideário neo-liberal, uma das perspectivas de definição da *pobreza*, vista como massiva, está exatamente referenciada à preservação daqueles valores atribuídos aos direitos sociais.¹ Frente à acentuada visibilidade da *pobreza*, os princípios políticos e filosóficos que definem tais direitos se apresentam sob suspensão. E a sociedade cuja organização social assim se referencia, anuncia-se sob risco (mesmo que ele

seja atribuído a segmentos específicos, como demonstra o uso consagrado do termo *jovem em situação de risco*).² Exalta-se então a ameaça de *exclusão* da participação da maioria da população no consumo de um conjunto de recursos e bens, contextualmente definidos como fundamentais para o reconhecimento desta historicamente datada concepção de humanidade. Está em jogo nesta denúncia-intervenção, a preservação de uma sociedade que deve se organizar pela referência à cidadania, princípio de pertencimento cuja reprodução equívale à da sociedade democrática, de há muito reivindicada na civilização ocidental.

Por conseguinte, as concepções sobre o *pobre* e a *pobreza* devem seus significados aos contextos de sua emergência, isto é, às mutáveis percepções constitutivas das definições da ordem social.³ Esta imbricação é tão acentuada que, muitas vezes, aquelas categorias aparecem apenas como valores instrumentais para elaboração e construção de adesão a projetos políticos de gestão social; são utilizadas como pretexto para problematizar os modos de apropriação dos bens e recursos. E mais, tal articulação está presente nas significações elaboradas tanto pelos que pretendem ordenar os reconhecidos *pobres*,

como também pelos que assim querem ser positivamente reconhecidos.

Os projetos de resolução ou administração da desigualdade social são, em grande parte, fundamentados numa concepção religiosa ou naturalista do mundo, numa idealização da sociedade em questão, ambas ancoradas na relativa definição da humanidade e em padrões de redistribuição de bens e recursos. De quaisquer desses pontos de vista, o denominador comum entre doadores e demandantes de bens e recursos é o *pobre* moralizado: dignificado pela demonstração da busca da autonomia no acesso aos recursos de reprodução; humanizado pela internalização da vergonha diante da demonstração pública da carência ou da dependência, expressa pela demonstração imediata da provisoriedade da situação desmoralizante.

A variedade de significados indica investimentos múltiplos, quase sempre distanciados daqueles postos em prática pelos que assim são classificados. Põe em destaque a imprecisão da classificação, que abrange principalmente atributos culturais considerados fundamentais para a construção da hetero e da auto-*exclusão* dos etiquetados *pobres*, especialmente se são confundidos com os marginalizados, os desajustados etc.⁴

A presença de instituições filantrópicas responde ao aparecimento ou à ampliação da miséria popular num duplo sentido. Não só a exposição das mazelas sociais pelos *pobres* suscita o aparecimento de idéias populistas ou reformadoras e de instituições caritativas. Estas próprias instituições também estimulam a expressividade da miséria e a migração daqueles que devem sobreviver sem as alternativas complementares aos baixos, esporádicos ou inexistentes salários. Monopolizadas nas grandes cidades, estas instituições colaboram para a visibilidade de que a cidade é o lugar dos *pobres*, justamente porque mais expostos.

O termo *exclusão social* foi politicamente consagrado pela eficácia simbólica, sustentada, inclusive, na imprecisão dos significados, para dar visibilidade à expansão e à concentração

territorial da *pobreza*. Além disso, para alcançar o reconhecimento do problema social nas sociedades capitalistas modernas.⁵ Ele exalta o caráter absolutizador e reificador da crescente precarização social de gerações de segmentos da população trabalhadora. Ele denuncia a constituição de apartados do projeto de conquista da autonomia pelo trabalho e, conseqüentemente, das afiliações e dos direitos sociais que a ele, ao longo do século XX, foram associados.

No decorrer desse século, estiveram em valorização projetos políticos revolucionários que reivindicavam a importância do militantismo como recurso fundamental à desejada eliminação das causas estruturais da *pobreza*. Em decorrência, o voluntariado filantrópico e reformista foi amplamente condenado.⁶ A despeito deste combate, mas também diante da contextual descrença nas práticas revolucionárias, ele expandiu e se reafirmou. Em conseqüência, o ano de 2001, delimitação emblemática da ruptura temporal da virada para o século XXI, esteve, no Brasil, consagrado à celebração do voluntariado. Esta evocação constitui expressão inquestionável da necessidade de mobilização e de engajamento políticos, renunciadores do desejo de minimizar a assustadora mazela social, erigida preocupação fundamental ao final do século XX: a *exclusão social*.

No caso da sociedade brasileira, o enaltecido discurso sobre a *exclusão social* é também e principalmente revelador do tradicional distanciamento das massas empobrecidas do acesso e/ou manutenção dos direitos. Elas nem chegaram a alcançar formas de participação política constitutivas da posição de cidadão e de beneficiários do modelo de Estado redistribuidor de serviços sociais.⁷ Por isso ganham visibilidade especial, base para a construção paradigmática da *pobreza* absoluta ou intolerável, segmentos-limites da população *pobre* ou moralmente destinada ao trabalho, que, desprovidos de vinculação produtiva ou estabelecendo-a mediante o desrespeito à legislação trabalhista, estão excluídos do usufruto dos direitos sociais.

Mais genericamente, são eles os segmentos da população trabalhadora não contemplados pelas políticas públicas destinadas à redistribuição de auxílio desemprego, formação profissional, recurso habitacional, previdenciário e educacional, para citar as *exclusões* mais gritantes.⁸ Por tais condições, constituem-se demandantes ou beneficiários de recursos redistribuídos pelas instituições filantrópico-voluntaristas e de assistência social pública.

Alguns dos desempregados ou subempregados, antes objeto de ações morais supostamente inculcadoras do valor trabalho, mantendo-se excluídos dos direitos sociais, nem sempre assim se encontram quanto ao usufruto de direitos humanos mínimos (vestir-se, alimentar-se e, por vezes, abrigar-se).⁹ Os investimentos políticos na preservação de certas humanidades se expandem, então, diante da desesperança de realização do sonhado integrador progresso econômico, prenunciador, por si mesmo, de uma sociedade idealizada e, para mais à frente, prometida.¹⁰

Assim sendo, a reificação comumente aceita pela referência aos *excluídos* impede de perceber os modos de inclusão, isto é, que a *exclusão* corresponde à inserção desqualificada. Ela também deixa de lado que, guardadas as diferenças contextuais, é milenar a integração pela desclassificação e desmoralização sociais dos *mendigos*, *vagabundos* etc. É também milenar a construção da integração por instrumentos de controle baseados na suposição de que a instabilidade, a fragilidade e a vulnerabilidade não sejam demonstrações da precariedade, mas da construção de um estilo de vida indesejado, orientado pelo ócio, constituído pela desvalorização de princípios reguladores da disciplina no cotidiano. A vasta literatura destinada ao registro das condições de vida de indivíduos que se atribuem e são atribuídos nessas posições é demonstração ímpar desta reprodução.¹¹ Da mesma forma, é demonstração de formas de imposição de controle do tempo: – pela incorporação de uma disciplina para acesso aos re-

ursos redistribuídos – e pela inculcação de valores e sentimentos que delimitam historicamente o sentido da caridade.

Caridade privada e caridade estatal: complementaridades concorrenciais

A filantropia, princípio moral de definição de algumas das formas de concepção da humanidade, reproduzida por alegadas (re)significações, não se restringe à iniciativa privada e religiosa. Ela é incorporada aos programas e instituições oficiais, inclusive pela evangelização da assistência social ou da caridade estatal.¹²

A concorrência construída pela contraposição dos termos filantropia, assistência e promoção social expressa a coexistência de diferentes projetos de intervenção sobre os efeitos perversos da desigualdade civicamente ou humanisticamente inaceitável. O embate entre dirigentes de projetos sociais e de instituições assistenciais gira em torno da definição legítima de regras sociais de controle dos efeitos da desigualdade. As disputas tendem a ser mais ou menos acirradas, conforme as definições atribuídas ao Estado. Quando à instituição estatal se imputa o papel assistencial ou a responsabilidade na redistribuição de recursos, a caridade como utopia solidarista tende a ser desqualificada ou constringida. Quando à sociedade como um todo é atribuída a construção de novas formas de contrato social, os agentes do Estado tendem a reivindicar o papel normatizador das práticas institucionais, inclusive caritativas. Em contraposição, os patrocinadores das ações filantrópicas sistematicamente denunciam o abandono dos *pobres* à própria sorte. Portanto, o crescimento e o reconhecimento das instituições filantrópicas e assistenciais tendem a se apresentar na razão inversa à postura advogada pelos agentes do Estado.

Embora na concorrência entre os projetos de ordenação social haja investimentos para diferenciar as lógicas das ações da prática caritativa estatal da filantropia religiosa e, por ou-

tro lado, destas frente às destinadas a implementar a seguridade social, elas têm se associado e se complementado sob a ideologia das ações em parceria.¹³ E, para tanto, os recursos viabilizados pelo Estado brasileiro para efeitos de reconhecimento do problema social têm se assemelhado aos postos em circulação pelas instituições filantrópicas: redistribuição seletiva e pontual de cestas básicas, seja diretamente compostas por produtos¹⁴ ou por valores financeiros correspondentes. A ação estatal diferencia-se, contudo, pela reivindicada outorga de instância coordenadora e estimuladora dos valores norteadores da integração solidária e das associações comunitárias.

Por tal interdependência, a prática assistencialista estatal ancorada na constituição de parcerias tem estimulado projetos missionários voltados para a transformação da questão da desigualdade acentuada em problema da sociedade civil. Esta elaboração é fundamental na definição da contrapartida paliativa à demissão ou construção dos investimentos do Estado na oferta de serviços sociais. As instituições filantrópicas passam então a desempenhar importante papel na oferta de recursos, cujos objetivos se dirigem a diminuir a velocidade da morte por efeitos cumulativos da quase inanição de parte da população.¹⁵

A homogeneidade quanto aos valores ideológicos que constróem a legitimidade da redistribuição assistencial, patenteia então a forma como a precariedade de vida da massa da população empobrecida tem sido considerada. Os programas governamentais também são assistenciais e emergenciais. Eles também se fundamentam em valores humanísticos da solidariedade social. A noção de cidadania, que comumente informa as práticas de definição de pertencimentos e participação de indivíduos assim reordenados, prescinde das demandas diante do Estado e revitaliza as associações privadas e voluntárias. Ela, ao mesmo tempo e assim, abrange e valoriza a reclassificação cívica dos benfeitores, atores das práticas so-

lidárias de atendimento emergencial aos *pobres*, seus beneficiários.

Paralelamente, a mobilização de voluntários e de seus respectivos beneficiários estimula a expansão dos serviços assistenciais, uma vez que, comumente, como destaquei, está referida a uma crítica e a uma ação complementar ao papel do Estado. Desta instituição são cobradas as respostas à atribuída obrigação de zelar pelo controle da diferenciação, de modo a impedir a expansão dos *miseráveis*. Assim, os agentes institucionais vinculados à filantropia privada se acrescem outras funções: denunciar a interdependência dessas práticas sociais e insistir na explicitação pública do crescente desinteresse do Estado, especialmente em subsidiar as ações por eles postas em prática para diminuir o sofrimento dos desvalidos da sociedade. Apresentam-se então como portadores de ações dignificantes dessa precariedade social; e salvadores da visível impossibilidade de sobrevivência física de alguns dos *pobres*.

Na última década do século recentemente passado, a ação complementar e política dos agentes mobilizados para a filantropia voluntarista foi visivelmente exposta pela eficaz campanha capitaneada pela Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida.

Gohn (1997), analisando esse movimento social, demonstra os complementares papéis dos agentes do Estado e dos aglutinados por princípios filantrópicos. Segundo a autora, desde junho de 1993, quando foi lançada a campanha "Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida", a sociedade brasileira acompanha e participa de uma das maiores campanhas cívicas da história do país, em termos de abrangência de regiões, camadas sociais envolvidas, volume de bens arrecadados e formas de manifestação. Isso aconteceu em um momento de crise e descrença generalizada nas instituições públicas, nos políticos e na eficácia das ações estatais. O extraordinário sucesso da campanha na mídia, sua popularidade e legitimidade junto à sociedade civil e política,

o grau de articulação obtido e a criatividade gerada em suas ações transformaram a campanha em modelo de ação social para diversos programas sociais (Gohn, 1997: 70).

Os desdobramentos na definição dos objetivos dessa campanha são também elucidativos das tensões advindas da concorrência pela legitimidade de formas de intervenção. Tentando limitar os efeitos das críticas dirigidas ao caráter assistencialista da campanha e, ao mesmo tempo, construir um padrão de respostas mais objetivas e imediatas aos problemas sociais, seus organizadores incluíram outras formas de intervenção. Destas formas tem destaque a necessidade de formulação e execução de políticas de emprego e de viabilidade da autonomia financeira para acesso aos alimentos, sustentado no barateamento do seu custo. Ambos os objetivos deveriam ser alcançados, inclusive, por uma política de reforma agrária. Ao mesmo tempo em que a mobilização popular estava fundamentada na cultura religiosa e filantrópica, ela também deveria produzir efeitos sobre o reordenamento do papel do Estado e a construção de novos contratos sociais. Como destaca ainda Gohn, a concepção de *indigente* elaborada pelos organizadores da campanha incluía significados capazes de transitar nas fronteiras das duas alternativas valorizadas de intervenção na desigualdade social politicamente problematizada (cf., 1997: 94-95).

Para caracterizar uma posição específica, distinta da assistência caritativa e filantrópica e das anunciadas e esvaziadas políticas sociais para a *pobreza*, nessa campanha a categoria solidariedade foi difundida sob precisão de significados: “não a solidariedade piedosa, ocasional, desistoricizada”, mas aquela fundada na tradição cultural, que permite a internalização de orientações valorativas, capazes de construir identidades individuais e sociais, projetos e visões de mundo sobre os processos de mudança e de transformação social; capazes de sedimentar redes de solidariedade e formas de definição da cidadania (Cf Gohn, 1997:102-103).

Em meio à campanha, dando asas à ideologia da sociedade solidária, porta-vozes da mobilização do voluntariado aglutinaram então as forças sociais para o combate à *miséria* e a redefinição de contratos sociais. Em consequência, expandiram seu espaço de ação até os campos das políticas públicas, emprestando, mesmo que sob investimento para alterar perversos contratos sociais, valores e princípios para os investimentos de titulares do Estado. É o que demonstram os diversos programas que foram sendo englobados pelo *Comunidade Solidária*¹⁶ (cf. Gohn, 1997: 70).

A despeito de ser incipiente para efeitos de análise, o Programa *Fome Zero*, lançado no início da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003), também faz apelo à sociedade solidária diante da *miséria* reconhecida como inaceitável, sensibilizando os que se alimentam a colaborar com a alimentação dos que têm fome.¹⁷ Embora a imagem mais contundentemente difundida para legitimar o investimento estatal na transferência de recursos, a fome de alimentos, apresentada como carência absoluta, seja relativizada na atribuída dignidade das valorizadas maneiras de mesa: o prato e os talheres estão sobre a bandeira brasileira. Contudo, é a fome absoluta que aparece como signo importante para mobilizar a imediata resposta das doações que venham a aplacar o terrível e inaceitável mal.

O impacto das imagens e dos apelos estimulou a elaboração de um conjunto de críticas, quase todas fundamentadas na imediata contraposição à pressuposta inaceitável filantropia e caridade estatais. E o atribuído imediatismo da prática estatal fora rebatido, outra vez pelo anúncio da complementar elaboração de medidas que venham a redefinir as condições da exacerbada diferenciação sócio-econômica. A reforma agrária e o conseqüente desenvolvimento da agricultura familiar, a alfabetização e a valorização da cidadania reapareceram como instrumentos estruturais para o combate à construída (monetária) escassez de alimentos e às constrições de seu acesso mercantil.

O debate no campo das ações sociais demonstra que, no atual contexto econômico e político, a defesa do reconhecimento da contraposição entre filantropia (privada) e promoção social (estatal) é todavia falsa, mesmo que ele (o debate) constitua a razão pela qual todos se arroguem a afiliação à segunda proposição.

As secretarias de assistência ou promoção social, principalmente estaduais e municipais, muito comumente estão sob a gestão de pastores evangélicos ou sob a assessoria de reconhecidos filantropos católicos, que, por vezes, advogam a prevalência da «educação espiritual» sobre o assistencialismo. Dessa perspectiva, procuram exaltar e demonstrar a amplitude da concepção de *pobreza*, mais abrangente que as reconhecidas necessidades imediatas. Independentemente de tais diferenciadas concepções, há um acordo quanto à intervenção sobre estilos de vida, tanto no sentido reformista, como no integrador de práticas de auto-gestão política.

Portanto, as concepções de *pobreza* recorrentemente não se dissociam da filantropia religiosa. Pelo contrário, constituem questão fundamental na concorrência dos representantes das diversas igrejas, na intervenção sobre a gestão estatal da sociedade extremamente desigual. Na prática, contudo, o termo assistência social, grosso modo, é compreendido pelo conjunto de atividades, públicas ou privadas, de transferência de atenções e recursos, mediante reconhecimento da incapacidade do beneficiário de provê-los autonomamente. Esta ação social se referencia pelo reconhecimento de carências, qualificadas segundo a eleição dos bens a serem transferidos: reforço alimentar, atendimento médico, distribuição de medicamentos, auxílio à provisão de velhos, crianças e mães grávidas ou lactentes. A despeito de se orientar por visões etnocêntricas sobre os qualificados *carentes*, de explicar a precariedade por faltas individuais, seus protagonistas passam a priorizar as ações proselitistas que visam à transformação da natureza humana, tal como acenam os princípios da filantropia e das utopias solidaristas.

No contexto atual, apesar da minimização das responsabilidades do Estado na intervenção sobre muitos dos reconhecidos problemas sociais, o voluntariado caritativo e das classes dominantes continua a ser questionado pelos gestores das instituições estatais. Todavia, este questionamento visa à construção da legitimidade dos programas oficiais. Na prática, o voluntariado caritativo concorre (e antecede) com a prestação de alguns dos serviços e bens circulados por determinados programas oficiais. Pela ampla redistribuição de bolsas de alimentos, de medicamentos e roupas e pela assistência médica e social aos lactentes, ele torna-se responsável por melhorias nas imediatas condições de sobrevivência precária dos *pobres*. Em conseqüência, erige sob importante visibilidade, campos institucionais da caridade, isto é, espaços de convergência de concepções e referências configuradoras de um *ethos* definidor do comportamento dos *pobres*.

Advogam, contudo, os titulares do Estado, quando engajados na mobilização dos voluntários para socorrer as finanças públicas e dar amplitude aos programas, independentemente da inclusão dos funcionários públicos: *a nova visão do trabalho voluntário nada tem a ver com a ocupação de madames entediadas*. Pelo contrário, agrega empresários, organizações não-governamentais, jovens universitários, em certos casos por contrapartida à definição do caráter filantrópico das universidades particulares e aos conseqüentes subsídios, por isso mesmo, auferidos.¹⁸ Incorpora habilidades diversas, por vezes altamente especializadas, de jovens profissionais e aposentados. Essa prestação de serviços voluntários, com frequência, sustenta a oferta de cursos de profissionalização e de socialização em outros universos, para alunos oriundos da, neste plano, qualificada *população carente*.

No entanto, para não ceder espontaneamente à sedução dos ideários da sociedade solidária e dos programas sociais emergidos pela caridade estatal, isto é, para tomar como objeto de análise sociológica o atual processo de ex-

pansão do voluntariado filantrópico e dos aludidos programas estatais de inclusão social, algumas assertivas devem estar assentadas. Os programas assistenciais e filantrópicos, produtos da consciência coletiva dos riscos gerais das condições deletérias do pauperismo exacerbado, deram visibilidade aos *pobres* que são seus beneficiários. A mobilização de diversos agentes sociais, aglutinados em ações missionárias de salvação, integra alguns *pobres*, exatamente aqueles que podem aplacar a culpabilidade coletiva e individual dos voluntários e a responsabilidade social dos gestores estatais.

A ação dos voluntários e a dos gestores estatais dos programas sociais não alcança necessariamente os mais *pobres*.¹⁹ Uma grande parte da população reconhecida como *pobre*, por diversos motivos, não participa diretamente da redistribuição de recursos filantrópicos: – porque não aceita as imposições relativas à ocupação da condição de *pedintes*; – porque, mesmo desejando essa participação, não consegue vencer a concorrência por recursos raros; – ou porque está fora do espaço urbano.²⁰

Contudo, está submetida a visões aí construídas e reproduzidas, porque deste campo participam as instituições e os *pobres* (por elas instituídos) que colaboram para a reprodução de visões sobre a *pobreza*, sobre as atitudes a eles dirigidas, sobre as proposições conjunturais de minimização do fenômeno ou da situação.²¹ E uma das visões mais valorizadas é aquela apreendida a partir da mobilização dos demandantes de ajuda, que contam e recontam situações para demonstrar que *não têm onde cair mortos*, isto é, que a carência de bens materiais se torna mais grave por precariedade de apoio social.²² Desta perspectiva, investem na construção da posição do agregado que necessita e valoriza um benfeitor, papel dignificado pelos méritos consagrados ao Cristo e ao que Seu comportamento pode operar como referência humanizadora.²³

Enquanto desdobramento das ações sociais complementares e concorrenciais, é preciso fi-

nalmente destacar os efeitos sobre os modos de constituição do mercado de trabalho para as profissões destinadas à prestação de serviços sociais. Diante da constrição do papel do Estado na prestação de assistência e da ampliação do trabalho voluntário-filantrópico, o mercado de trabalho para as profissões destinadas à reorientação de valores e comportamentos – psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos (e mesmo médicos e dentistas) – tem relativamente se restringido no que tange às instituições públicas; mas ampliado exatamente entre as instituições filantrópicas. Nesses termos, a própria autonomia e a elaboração do projeto concorrente destes profissionais (isto é, enquanto parte do processo de construção da profissão) em relação aos leigos e filantropos se encontram ameaçadas. Tais profissionais atuam mediante a subordinação do ideário que, no processo de sua constituição, contrapunham-se. Esta situação decorre das opções políticas assumidas pelos agentes estatais, aludidas pela ideologia neo-liberal, construída por contraposição ao estatismo, duas referências polares e caricaturadas.

O voluntariado filantrópico

A forma mais reconhecida do voluntariado é a filantrópica, talvez por ser a mais antiga e a mais disseminada. Geralmente está ligada a obras sociais vinculadas a igrejas. É alardeada ostentatoriamente pelas classes dominantes (através de festas, encontros, chás etc.), no exercício da auto-consagração de sua generosidade e de administração do receio de mudanças. Ocupa geralmente o tempo livre dos adeptos e abarca atividades voltadas para a moralização dos *necessitados*, enfatizando a solidariedade e o altruísmo. Algumas de suas atividades se revestem do caráter militante, missionário e proselitista. Pautados na ética da convicção (cf. Weber, 1990), esses voluntários visam, por exercícios disciplinares metódicos, superar a alegada «rudeza da natureza humana» ainda intocável pelo sentido religioso.

O trabalho voluntário é uma ação social que comporta múltiplas formas.²⁴ Redefiniu-se e se expandiu espalhafatosamente na década de 80, desdobrando-se em projetos sociais em torno de temas e problemas diversos (não só vinculados à precariedade social, como atesta, por exemplo, a participação de militantes na preservação ecológica) e na constituição de ONG's. Sob quaisquer contextos, o trabalho do voluntário encarna uma dimensão político-utópica, "especialmente" quando pretende transformar relações humanas e sociais, mecanismos e processos sociais e até a *natureza humana* definida essencializadamente e, por isso, sob pretensões de universalização. Portanto, o voluntariado constitui um fenômeno antigo e adaptável a diferentes contextos, conforme os valores e projeções subjacentes aos investimentos para constituição de emergentes contratos sociais.

A atividade do voluntário, em tese, contrapõe-se ou se antecede à profissionalização e à especialização, mas também concede, por sua enobrecedora aquiescência, a apropriação de trabalho gratuito numa sociedade regida por princípios econômicos de mercado capitalista. Antecipa saberes a serem institucionalizados pela constituição de profissões (por exemplo: educadores de rua e educadores sociais ou a clássica trajetória de constituição do assistente social).

A análise do voluntariado filantrópico não pode estar restrita a esta posição, porque ela é relacional. Deve tomar por base as concepções e as referências configuradoras de um *ethos* definidor do comportamento dos *pobres*. Em conseqüência, o estudo das representações estruturadoras das visões de mundo e as correspondentes ações interativas devem incorporar voluntários e seus respectivos beneficiários, porque ambos são constituídos nesse campo de relações. Desta perspectiva de análise, pode-se então ressaltar um conjunto de estratégias individuais, familiares e institucionais, que tornam viáveis a reprodução do patrimônio cultural de regulações.²⁵ São elas que orientam as trocas recíprocas que se tecem em nome do controle

dos desprovidos do direito à reprodução relativamente autônoma. A análise revela então a articulação de regulações pelo encontro de valores e recursos que aí circulam, mesmo que cada agente apresente dinâmicas sociais e simbólicas diversas, reencontradas em temáticas comuns e nos bens materiais transferidos, isto é, nas passagens das intenções aos atos.

As justificativas para os atos de reivindicação de bens fundamentais à subsistência (ou de reconhecimento da impotência para sobreviver autonomamente) são formas de referência ao mundo social do qual os demandantes se sentem excluídos e do qual dependem por comiserção²⁶. A construção da possibilidade de transferência e de redistribuição de bens não lhes diz apenas respeito, mas também àqueles que, admitindo a *exclusão social* frente às diversas formas de *carência*, tentam reintegrá-los mediante reenquadramento social. Esta inserção quase sempre está fundada em novas formas de reclassificação, que reificam e redefinem a desclassificação. Por isso, os beneficiários dos recursos redistribuídos devem construir tantos tipos sociais e tantas justificativas para a miséria a que precisam demonstrar submetidos, quantos forem os critérios de reconhecimento destas situações sociais. Estes critérios são definidos conforme as finalidades morais a que os agentes da redistribuição se conferem ou as respectivas visões de mundo.²⁷

As representações que fundamentam o reconhecimento e a reprodução da posição dos beneficiários são recorrentemente elaboradas, reinventadas e readaptadas, segundo o campo de concorrência entre visões ideológicas que explicam a desigualdade social.²⁸ Visões ideológicas que também explicam, justificam ou constroem a indignação social diante de fenômenos expressivos das decalagens de objetivação dos modos de concepção social da humanidade. Entretanto, também visões ideológicas que constroem e dão visibilidade aos desclassificados.

Conforme projetos e visões de mundo específicos dos voluntários, determinadas catego-

rias são valorizadas – idosos, crianças etc. –, embora sobre estas últimas incida a maior parte das ações, em face da pressuposição de plasticidade cultural diante de processos de socialização ou ressocialização.²⁹ Também em face dos significados historicamente datados dos sentimentos de indignidade e dos projetos de moralização, que demonstram que os termos *pobres* e *pobreza* não se limitam a expressões de carências materiais. Estes projetos de moralização exprimem os investimentos feitos pelos outros diante dos sentimentos de risco e de enquadramento que a associação entre *pobreza* e criminalidade tende a mobilizar. Está em jogo assim o investimento institucionalizado no sentido de redefinição idealizada de um contrato social que restabeleça os termos da desigualdade social e as formas como os *pobres* devem ser enquadrados.³⁰

O campo institucional da caridade

As instituições filantrópicas operam sob concentração e redistribuição complementar e hierarquizada de recursos. As que operam no atendimento direto, tendem a constituir conglomerados de sub-instituições e a agregar uma rede de instituições satélites, geralmente vinculadas à sustentação financeira da prática assistencialista e redistributiva. Esta forma de organização traz à tona a participação de instituições sobre as quais os olhares inocentes se tornam cegos. É o caso de um conjunto de bares, padarias, restaurantes, horti-frutis, supermercados e empresas (nacionais e internacionais) industriais ou comerciais que tornam exequível financeira e materialmente a prática assistencialista e filantrópica. Por conseguinte, dificilmente se podem compreender as relações sociais que são aí tecidas a partir de uma instituição, porque esta não existe no isolamento.³¹

A prática dos agentes das instituições filantrópicas se funda no contínuo processo de mobilização de recursos e adeptos, que tornam viável a concretização do projeto de interven-

ção nos reconhecidos problemas ou mal-estares sociais. A dissimulação do projeto pessoal ou de um determinado grupo se torna possível pela vinculação das ações a determinações bíblicas, transformando todos em agentes da vontade divina ou em expressão de uma concepção de humanidade fundada na solidariedade, no altruísmo e na generosidade. A acumulação de possibilidades e alternativas para impor vontades e influências constitui fundamento das ações políticas que preconizam e investem na reordenação social mediante mutação de valores; ou da construção de novos ideários orientadores de contratos sociais. Contudo, ela é dissimulada pelas virtudes hedonistas do prazer em abstrato. O comando evangélico do amor a Deus e do amor ao próximo como a si mesmo, contraposto ao hedonismo egoísta, opera na consagração de motivações tidas como superiores, mas adequadas à experiência do amor ao próximo.

A mobilização de adeptos pode ocorrer tendo em vista uma clientela específica ou a reprodução de uma rede selecionada de instituições beneficiárias dos recursos assim arrecadados. Algumas instituições são responsáveis pelos investimentos na reprodução deste padrão hierarquizado de redistribuição de recursos desigualmente apropriados. É o caso das reconhecidas associações Rotary Club e Lions Club.

O estudo das instituições deve considerá-las num campo de definição recíproca dos modos de afiliação, concorrência e referência mútuas, complementado ou assegurado pela construção de redes de interdependência. Ele deve então associar duas noções: a de campo e de rede sociais. Como as instituições se produzem e se reproduzem nesta relação recíproca, seus dirigentes devem investir na articulação interdependente com outras congêneres, ou com adeptos que as tornem possíveis. Desse modo, algumas instituições operam na definição da *pobreza* e dos *pobres*, outras sustentam tais ações proselistas e missionárias. Da mesma forma, alguns agentes operam na elaboração de ideologias e visões de

mundo, outros asseguram as ações proselitistas, emprestando recursos materiais objetivadores dos instrumentos operacionais.

As instituições contam com a mobilização de colaboradores anônimos, instados a participar das formas as mais diversas: através de feiras, de campanhas, de incorporação de oferta de serviços, geralmente por pessoas adultas inativas ou aposentadas. Cada instituição deve contar com agentes que participem deste trabalho de mobilização de adeptos, de doadores anônimos e assistemáticos, gerindo um produto cuja indiferenciação das fontes originárias seja expressiva da solidariedade desinteressada. Os agentes ocupam assim posições diversas, correspondentes a missionários, colaboradores, doadores anônimos e beneficiários.

A possibilidade de mobilização de uma ampla rede hierarquizada de colaboradores depende da capacidade de constituição de um ambiente de valorização mútua, onde cada participante se sinta útil, prestigiado e ator de um projeto de transformação da sociedade. Por isso, a redistribuição se sustenta na máxima de que tudo que vem é bem vindo, máxima que, na maior parte das vezes, leva em conta o que o doador pensa ser bom para o beneficiário e nem sempre o inverso.

Os agentes do voluntariado se diferenciam conforme a importância da posição ocupada nas relações internas às instituições e ao campo institucional. As instituições filantrópicas se originam por uma missão auto-atribuída a algum indivíduo, que se transforma assim num seguidor de um patrono institucional. Esse patrono pode ser um santo – casos exemplares de São Francisco de Assis ou de São Vicente de Paula – ou um simples mortal que se pensa escolhido e que, na prática, demonstrou esta situação de exceção.³² Também pode ter a excepcionalidade atribuída, como é o caso de Betinho, líder da mobilização em torno da minimização dos efeitos da miséria coletiva. Esta decisão está geralmente ligada à vivência de uma experiência dramática, como a morte de familiares, doenças

graves, longos períodos de convalescença e de risco de vida.

Os agentes podem também se diferenciar conforme o investimento posto em prática no domínio teórico da doutrina. Este é um conhecimento fundamental ao projeto proselitista de que se revestem tais instituições. Assim, alguns dispõem de um discurso sistematizado – os diretores – e outros de um discurso fragmentário, que acentua sua participação secundária, caracterizada como testemunha que desfila casos bem sucedidos.

Em cada instituição há reverência à memória dos benfeitores, na medida em que ela está identificada a um patrono, no panteão dos que se dedicaram à causa dos *pobres*. Para este trabalho de construção da memória e do engrandecimento do exemplo pessoal, os dirigentes institucionais organizam galeria de fotografias, articulando o mundo sagrado e profano por aqueles que se deram exemplarmente a esta mediação; celebram festas e patrocinam visitas mútuas, também instrumentos de expressão da concorrência entre patronos e instituições. O apogeu deste processo de mobilização e da carreira do organizador dos serviços de caridade se celebra com a construção da sede institucional. Ela por vezes demanda longos e assíduos anos de trabalho de mobilização.

Os fundadores criam a sucessão por vinculação familiar, sendo mais comum a transferência de pai para filhos do que entre colegas de afiliação religiosa. Por isso, os presidentes das instituições tendem a ser vitalícios ou se eternizam nos cargos. A expansão do projeto de intervenção social retrata a evolução espiritual do seu presidente, que, por sua vez, prefigura a capacidade de arremeter seguidores e apoiadores.

Os serviços oferecidos são tão mais sofisticados quanto mais os diretores incorporem a participação de fiéis dotados de saber profissional especializado (médicos, dentistas, advogados, psicólogos, fisioterapeutas).

Esta diferenciação é ainda expressa *pelos que dão e pelos que se doam*. Alguns transferem

anonimamente certos bens, outros se dedicam a transferir demonstrações de afeto e o reconhecimento da mesma humanidade no diferente. Nem todos, contudo, se encontram em condições de praticar tal troca desigual para restabelecer simbolicamente a igualdade. Por isso, nem todos podem participar de atos de *doação*. Somente os iniciados na doutrina ou que são acompanhados por outros mais preparados podem participar desse ato de auto-valorização pessoal.

A construção da carreira do *doador* depende de investimentos pessoais ou da construção do reconhecimento de que foi escolhido para a missão. Este reconhecimento pressupõe tarefas mais dignas do que a simples transferência de bens que aplaca a culpabilidade e define o dever redistributivo do cristão. A incorporação de esquemas de pensamento mais intelectualizados é fundamental. Esta racionalização legitima a contraposição entre assistência e ação sociais, esta pressupondo a inculcação de novos valores e a mudança do comportamento social, definidas pelos projetos de evangelização, tão diversos quantos são os sistemas de crenças.

O cadastrado: a conquista dos direitos humanos

Os dirigentes de cada instituição, pelas razões já levantadas e pela raridade dos recursos a serem redistribuídos, criam seus enobrecidos e seus excluídos. Diante da pressão da demanda, elaboram e sancionam formas de distinção dentre o conjunto de *miseráveis*; desqualificam os que não podem atender, alegando distanciamento em relação ao modelo cultural elaborado. Reconhecem os que se enquadram na suposta melhor utilização dos recursos raros e nas intenções de contribuição por eles valorizadas; e clamam pela presença de instituições especializadas na oferta de recursos para aqueles que as extrapolam. Optam pela exclusão de segmentos de *miseráveis* em relação a soluções vislumbradas, aceitando o fato consumado do desatino e da impraticabilidade da vida.

Não é a *pobreza* em si o fator diferenciador dos usuários, mas os modos de administrar a carência de recursos, geralmente pela precariedade de condições sociais. Esta então se torna o critério de distinção básico entre eles: uns elaborando formas de dramatizar a impotência e a tragédia que representam a carência ou a ausência de recursos para sobreviver; outros laureando seus esforços para superar a mesma tragédia. Uns enfatizando o social e o inexorável, outros glorificando o comportamento moral e a dignidade do esforço de negar ou minimizar a dependência. Uns reconhecendo, como parte do saber culturalmente constituído, a capacidade de sensibilizar outras camadas da população para complementação do acesso aos bens necessários. Outros glorificando-se deste não-saber, porque correspondente à auto-exclusão de rituais de julgamento ético e de submissão a modos de representação da *pobreza* enquanto drama moral e social.

Como, ao final, todos tomam por referência as condições sociais e as potencialidades e impotencialidades de superação da *miséria*, isto é, um modo de vida em que a estabilidade no acesso aos recursos materiais e sociais assegure a autonomia, a escassez ou a ausência de recursos não pode ser o critério fundamental. As posturas que justificam os esforços de superação ou os constrangimentos a tal projeto são decisivas na classificação da elegibilidade. A classificação final, que significa habilitação ou exclusão do acesso aos recursos distribuídos, depende, então, da capacidade de argumentação dos classificadores e dos classificados. A participação neste campo pressupõe a aprendizagem da construção do caso, saber do senso comum que prefigura a elaboração do *tipo ideal*, isto é, a caricatura da realidade ou situações emblemáticas da *pobreza* e dos *pobres*.

Os demandantes de caridade devem desenvolver recursos das mais diversas naturezas para enfrentar as situações adversas à sua argumentação e criar mecanismos para se defenderem, inclusive das acusações de não serem tão

pobres como se dizem ser. Avaliados quanto às reais necessidades e quanto ao mérito da eleição como beneficiários, eles devem aprender a construir as versões dignificantes de sua carência, de sua trajetória e asseguradoras do acesso aos recursos, nestes termos, por eles também valorizados. Esta auto-defesa pressupõe algum nível de organização. Por exemplo: a decisão de como e onde se instalar e se fixar; a demonstração concomitante da diferença e da igualdade; a construção de códigos do saber-viver; a socialização dos modos de *se virar*, da curiosidade e dos interesses intelectuais sobre o mundo que os engloba – análise sobre conflitos nas favelas, sobre mudança no comportamento social dos *pobres* e dos doadores, reconstituição das histórias das instituições, debate sobre a política e os políticos.

Toda essa aprendizagem, que se organiza em torno de reconhecidos praticantes mais socializados no campo de relações caritativas, deve ser camuflada em nome da necessidade de demonstração, para os outros, da ignorância e da incapacidade provisória. Este saber é cuidadosamente constituído pela capacidade de se reconhecer no campo, isto é, através da compreensão das outras posições em jogo. Embora distinga os demandantes dos recursos caritativos, esta diferenciação não pode ser explicitada sob o risco de provocar a exclusão.

A divisão interdependente do trabalho institucional propicia o controle relativo da *démarche* do assistido. Os voluntários, recorrentemente, referem-se a dois termos cujos significados são estruturadores de suas práticas sociais: a triagem e o cadastro. A submissão dos beneficiários aos rituais de investigação é fundamental à construção das afinidades eletivas; e a aproximações de visões de mundo e definição social dos *pobres* e da *pobreza*. A obtenção do título de *cadastrado* constitui um recurso de estabilização no acesso aos recursos redistribuídos.³³ Demarca o reconhecimento da condição de eleito; valoriza a elaboração de estratégias para minimizar os sofrimentos advindos da *po-*

breza; permite a construção de projetos, a explicitação pública de elaborações sobre o futuro e a reafirmação de relações de poder intergeracional na família.³⁴ Os demandantes de ajuda se empenham para obtenção desta posição, pressionando com a demonstração da gravidade do caso, constantemente reafirmado para estabilizar o acesso.

A importância deste reconhecimento se expressa de maneira eloqüente na construção de categorias diferenciadoras. Para facilitar a compreensão, tomarei o caso exemplar de um dos serviços de assistência paroquial, cujos agentes subdividiam sua clientela em *cadastradas* e *abelhas*.³⁵ Estas últimas correspondiam à posição das mulheres que aguardavam as *sobras*, as reordenações por desistências ou exclusões diante de comportamentos inadequados. Por isso, em todas as instituições de redistribuição, nos momentos destinados a tais atos, há um número relativo de mulheres que aguardam as *sobras* e, desta condição, aceitam o que for transferido. Por esta aceitação e insistência, comprovam o requerido estado de *carência* e o desejo de minorar o sofrimento daí decorrente. Além disso, constituem um grupo de pressão e colaboram na produção de regras de justiça para esta redistribuição, denunciando ou desqualificando certas *cadastradas* sob a alegação de que não são tão *pobres* quanto se dizem ser. Estão sempre a fazer comparações e a levantar suspeitas sobre a esperteza e a ganância das demais, especialmente se beneficiadas por mais de uma instituição. No caso citado, as desconfianças mútuas, a solidariedade sob reserva e o comparecimento disciplinado eram administrados pelas *cadastradas* para não serem preteridas diante das *abelhas*.

Adotando um comportamento que vai ao encontro do projeto normatizador dos doadores, as *cadastradas* teatralizam os modos de relacionamento entre as classes sociais ou suas afinidades eletivas. Consideram, desqualificando as concorrentes, que fazer escândalo diante do inaceitável seja algo insuportável pelas regras

de etiqueta dos doadores. Portanto, as *cadastradas* são aquelas que sabem demonstrar, mesmo que apenas na situação, a correspondência quanto ao comportamento esperado. São exemplares para demonstrar a eficácia do proselitismo e para efeito demonstração. São então oficial e publicamente valorizadas pela potencialidade individual de vencer dificuldades, preconizada para comprovar que os constrangimentos que agravaram a situação de *pobreza* podem ser contornados ou superados.

Organizando-se para ultrapassar as restrições inerentes à concorrência por bens raros, os membros de cada família demandante de ajuda estabelecem formas internas de divisão social do trabalho. Concorrem individualmente para o acesso concomitante a múltiplas fontes de redistribuição. Os *pedintes* solitários organizam-se socialmente e administram o tempo, de modo a diariamente percorrer o maior número possível de instituições, mas apenas aquelas que redistribuem refeições e lanches.

Esta forma de controle do acesso máximo aos bens redistribuídos é condenada pelos próprios *pedintes* e pelos doadores, porque pressupõe a concentração entre poucos beneficiários ou a acumulação excessiva às necessidades que qualificam o mérito. Constitui então uma estratégia silenciosa e dissimulada que nega o princípio da redistribuição massiva e da elegibilidade dos mais *carentes*.

O olhar atento aos espaços onde demandantes e beneficiários estão sistemática ou esporadicamente concentrados, consubstancia a criação de estratégias para inclusão ou aumento de participação neste campo-rede institucionais. Este olhar atento expressa a sagacidade e o saber acumulado pelos *pedintes* no convívio neste campo.³⁶ Contudo, definido pelo acaso, pela curiosidade e pela iniciativa própria, este olhar dissimula a solidariedade entre os *pedintes* associados por parentesco e vizinhança ou camaradagem e as estratégias de concentração de acessos a recursos básicos. Acumular bens redistribuídos é alcançar estabilidade na provi-

são dos bens, recurso fundamental à elaboração de outros projetos e tentativa de administração do futuro. Portanto, longe de atestar a dramática situação de *pobreza*, a concorrência revela o esforço de algumas famílias para ultrapassar tal patamar. Contudo, este recurso só pode ser utilizado se o discurso reafirmar a demonstração da carência plena.

Considerações finais

As concepções filantrópicas da *pobreza* e dos *pobres*, associadas ao relativo voluntarismo orientado dos fiéis integrados aos sistemas de crenças cristãs, constituíram-se a partir da definição de modos de administração das acentuadas desigualdades sociais, caricaturadas entre *pobres* e *ricos*.³⁷ Representam um patrimônio cultural da humanidade ocidental e fundam um celeiro ideológico para constituição de projetos políticos viabilizadores das formas de ordenação social. Seu maior ou menor reconhecimento e legitimidade caminham na ordem inversa à constituição ou à expansão das práticas estatais concorrentes, isto é, também destinadas à construção da ordem social. Circunscrevem-se, entretanto, aos fenômenos de expressão da desigualdade que não coloquem em xeque a ordem pública.

As instituições filantrópicas vêm encontrando expressiva expansão, no contexto de debate sobre a constituição de novas formas de inserção e de reconstrução dos valores morais referenciadores da vida social. Esta expansão se ancora no recrutamento de ações organizadas em torno das associações mantidas e reproduzidas pela utopia voluntarista, legitimada pela ideologia da solidariedade ou do militantismo cristão e pela reivindicação de uma humanidade única, universalizada em Cristo.

A adesão de voluntários filantrópicos à construção de um mundo reordenado por valores simbólicos cuja referência é a generosidade, diz respeito, antes de tudo, a si mesmos. Os *pobres*, os *carentes*, os *mendigos* etc. são referências instrumentais ao reconhecimento do

exercício de virtudes cristãs, que definem modos de viver e de se socializar em estados especiais, qualificados como de felicidade, de alegria e de estética. Ao suposto prazer do vício e descontrolo dos sentimentos que a natureza inspira aos homens, nestes termos todos iguais, os voluntários se diferenciam, graças ao exercício da probidade, dever que se auto-arrogam. Diferenciando-se pelo deslocamento simbólico para um mundo definido pela expressão de alegrias e felicidades, os voluntários conclamam, então, a universalização de tais virtudes. Pensam-se lutando pela eliminação ou minimização da diferença entre os que controlam e os que não controlam sua natureza egoísta.

Colocam em contraposição moral o vício, que degrada, e a virtude, que sacraliza. Diferenciando-se para negar as diferenças, tais voluntários, ao aderirem ao projeto de gestão reformista do social, exercem a generosidade para reafirmar a superioridade dos bem dotados em termos materiais. Nesta desigualdade, são dignificados pela capacidade de se integrar a redes de oferendas e donativos, meios de restituição do bem recebido e da diferença alcançada. Portanto, a caridade não pode ser pensada como simples resposta da mobilização à dádiva, à esmola, à transferência do bem material. Ela é um convite à frugalidade, em contraposição à avareza e à ambição.

A caridade, enquanto categoria construtora de proposições ideológicas de reordenação social pela filantropia, opera como princípio de justiça, definindo direito do *pobre* e dever do *rico*. Ela ultrapassa o oferecer, para incluir o engajamento. Assim concebida, ela deve ser analisada como categoria fundamental ao exercício de proselitismo sob envergadura política. O engajamento ao exercício da caridade, ao socorrer os *pobres*, os aflitos, os transeuntes, consagra uma forma ideal de ligação social. Portanto, não se pode perder de vista que o exercício da filantropia caritativa se ancora num projeto político de mutação de valores, tematizando fundamentalmente a generosidade como princípio de ação e gestão sociais.

Todavia, a *pobreza* definida como uma situação de fraqueza, pressupõe a dependência e a humilhação diante deste reconhecimento. Humilhação que é a expressão mais acabada da vergonha que objetiva o reconhecimento dos julgamentos negativos que sobre os *pobres* recaem.³⁸ A avaliação da privação dos meios materiais de sobrevivência está associada à desconsideração social, obrigando os que concorrem no seu reconhecimento enquanto *pobres* a desenvolver uma cultura da simulação que, de tão internalizada, possibilita a teatralização imediata do desespero, da aflição, do desatino e do infortúnio pela indignação em face da honra perdida; teatralização da vergonha que deve suscitar a piedade, a compaixão caritativa, a comiseração filantrópica e até a repulsão ou a condenação.³⁹

Notas

¹ Bourdieu, analisando, na França, o processo de construção de lugares de rejeição onde, sob a crise econômica e o desemprego, encontram-se concentradas as populações mais desfavorecidas, destaca o processo de “conversão coletiva à visão neo-liberal que, iniciada nos anos 70, culminou, em meados dos anos 80, com a adesão dos dirigentes socialistas” (1997:217). E acrescenta que este processo foi acompanhado pela demolição da idéia de serviço público sustentada em teorias falsas e equações deturpadas, entre as quais a associação entre eficácia e modernidade à empresa privada e arcaísmo e ineficácia ao serviço público (ibidem, idem).

Afirma então:

“Esse desvio pelo Estado e suas decisões políticas é indispensável para compreender o que, atualmente, se observa “no campo”, isto é, a situação precária em que se encontram os “trabalhadores da área social”, investidos pelo Estado (ou municipalidades) para garantir os mais elementares serviços públicos, principalmente em matéria de educação e saúde, às populações mais desfavorecidas dos grandes conjuntos habitacionais ou subúrbios, deixados cada vez mais em abandono pelo Estado...” (Bourdieu, 1997: 219).

² Para análise da precária inserção geracional, ver Neves, 2002a, 2002b, 2002c, 2002d, 2003.

- ³ Os termos *pobre* ou *pobres* estão sendo por mim utilizados para qualificar os que, no contexto econômico e político considerado no artigo, desejam demonstrar e são percebidos como desprovidos da autonomia relativa para o acesso aos bens de subsistência.
- ⁴ Telles, analisando a *pobreza* pela perspectiva da justiça social e da construção da cidadania, destaca, criticamente, a associação do termo a inúmeras temáticas. Neste artigo, assumo posição inversa. Parto do princípio de que analisar *pobreza* em si é ceder às tentativas de reificação presentes nos sistemas classificatórios dos quais os termos *pobres* e *pobreza* fazem parte. Considero seus significados pelo aspecto relacional e pressuponho que só desta forma eles podem ser compreendidos (Telles, 1990:37-45)
- ⁵ Ver Castel, 1995; Paugam, 1996.
- ⁶ O termo filantropia abarca formas de ação política referenciadas por um humanitarismo salvacionista ou construtor de uma humanidade cristã.
- ⁷ Sobre a especificidade da construção da cidadania vinculada aos direitos trabalhistas, ver Guilherme dos Santos, 1979. E sobre a exclusão da população de trabalhadores quanto ao acesso a direitos sociais, ver Telles, 1990:37-45.
- ⁸ Ver Neves, 1983, 1994, 1995a, 1995b e 1999.
- ⁹ Torna-se importante destacar que as concessões definidas pela LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social (Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993) são reavaliadas sistematicamente, podendo ser suspensas, caso a renda da família do provisório beneficiário venha a ultrapassar o limite mínimo legalmente definido. Portanto, não se constitui direito adquirido, mas transferência compensatória da precarização que, embora aceita oficialmente como extrema, é concebida como possivelmente passageira.
- ¹⁰ Neste plano de abstração, pode-se pensar em matrizes de pensamento relativamente globalizadoras das condições de luta contra a massificação da *pobreza*. No investimento, estão engajados diversos atores, por vezes aglutinados em torno de organizações não-governamentais e de um projeto de reordenação das formas de interseção das instituições de representação política, comumente dualizadas pela partilha entre sociedade civil e sociedade política ou Estado.
- ¹¹ Sobre a perspectiva por mim assinalada, consultar Barret-Ducrocq, 1991; Castel, 1995; Gueslin, 1998; Paugam, 1996 e Sassier, 1991.
- ¹² Sobre este tema, ver Neves, 2001, 2002c, 2002e, 2002g.
- ¹³ Ver Neves, 2002c.
- ¹⁴ A redistribuição de cestas básicas evidencia o quanto os considerados *carentes* são desprovidos do direito de explicitação pública de seus problemas e reivindicações. Atendidos como necessitados, tanto os titulares dos programas de Estado encarregados da redistribuição desses recursos, como os das instituições filantrópicas entram em acordo sobre os alimentos fundamentais que devem ser transferidos, não se importando, inclusive, com os hábitos alimentares regionais.
- ¹⁵ Os recursos transferidos como auxílio continuado a indivíduos considerados improdutivos do ponto de vista médico – velhos, deficientes físicos e mentais – têm demonstrado sua eficácia pela reordenação dos papéis desses familiares e pelas alternativas criadas para elaboração de projetos familiares. O exemplo mais abrangente é o das avós, como demonstram várias pesquisas voltadas para as condições de reprodução física e social da população que sobrevive mediante deficiência de recursos materiais e sob os efeitos da expansão da previdência rural. Esta questão foi por mim abordada em outro texto. Ver Neves, 2002b.
- ¹⁶ Para controlar e canalizar as ações sociais oriundas do trabalho voluntário e as demandas dos que reivindicam ajuda, o governo federal criou, em 1998, uma rede nacional de Centros de Voluntariado e o Programa Voluntários, a partir do Conselho do Comunidade Solidária. Este programa se constituiu com um financiamento de US\$ 2,9 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo período de três anos. O processo de mobilização de adeptos contou ainda com a edição do livro *Centros do Voluntariado: transformando necessidades em oportunidades de ação*. Segundo reportagem do Jornal do Brasil de 17 de janeiro de 1999 (pg.7), o *site* do Programa Voluntários na internet registrou, nos doze meses imediatos à criação, 2.200 voluntários virtuais. O RioVoluntário, inaugurado em junho de 1998, registrou, de imediato, 1.602 inscrições e cadastrou 210 organizações, muitas das quais contando com trabalho voluntário.
- ¹⁷ Os recém-empossados gestores da instituição estatal denunciavam a indignidade nacional. Segundo dados estatísticos oficiais, o número de *pobres* (os que sobrevivem sob condições de extrema precariedade) havia se deslocado de 40,7 milhões em 1977 para 54,0 milhões em 2001; e o de *indigentes* (os que se encontram sob precariedade absoluta, sem recursos financeiros para adquirir alimentos),

de 17,4 milhões para 22,0 milhões, durante aquela mesma escala temporal.

¹⁸Para uma análise de estilos de vida da classe dominante, caracterizados inclusive por investimentos financeiros na ação social e no trabalho voluntário, em cuja prática o espírito do dom está colocado a serviço da conquista do lucro e da rentabilidade pelo capitalismo, ver Abélès (2002). O autor apresenta um estudo de caso sobre os jovens milionários da Silicon Valley, Estados Unidos.

¹⁹Telles, analisando as condições perversas decorrentes da exclusão de parte da população dos direitos sociais decorrentes da vinculação trabalhista, destaca: «A justiça sempre foi confundida com ação tutelar do Estado, em que os direitos, quando existentes, não são formulados por referência a uma noção de igualdade, mas numa lógica que cria segmentações que impedem a sua universalização, seja por conta do critério tutelar que define aqueles que estão credenciados, pela sua própria *pobreza*, aos serviços assistenciais do Estado..., em que o acesso à previdência social vira privilégio daqueles que conseguem vencer os azares do mercado de trabalho e se credenciar perante a sociedade (e o capital) como trabalhador produtivo» (1990:38)

²⁰Para uma análise do caráter urbano dos programas sociais colocados em prática durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, ver Neves, 2002g, 2003.

²¹Ver Neves, 2001, 2002b; 2002f.

²²Essa versão da concepção da *pobreza* construída pelos *pobres* que demandam ajuda deve, a meu ver, ser levada em consideração pelos gestores estatais e filantrópicos. Ela denuncia fatores básicos na reprodução da condição de carência: o insulamento diante de relações institucionais básicas que venham complementar a ação e a competência da família nuclear, por si só limitada para assegurar socorros mútuos. Esta forma de organização familiar está restrita a duas gerações que convivem sob ciclos de vida da dependência dos filhos; e se orienta pela autonomia de cada novo grupo conjugal. Portanto, é mais vulnerável aos fatores desagregadores da divisão social de funções, inclusive morais.

²³Desta visão resulta a construção do hipotético *mendigo* como caso paradigmático da *pobreza*, cristizador de todos os atributos definidores dos *pobres* – sem família, sem saúde, sem recurso financeiro, sujo, maltrapilho, mal alimentado – e ainda mais dramático, se tais caracteres incidem sobre o órfão ou o velho.

²⁴A bibliografia sobre a ação voluntária é vasta. À guisa de exemplo, citaria Ferrand-Bechmann, 2000; Lyet, 1997; e Salmon, 1998. Para a sociedade brasileira, ver Landim, 1995e Novaes et alii, 1995.

²⁵Por patrimônio cultural compreendo o conjunto de bens materiais e simbólicos reivindicados ou disputados pelo pertencimento e apropriação, razão pela qual recebem investimentos para efeitos de transmissão geracional. Expressa formas de poder que consolidam a disputa pela apropriação e pela monopolização e, portanto, a reprodução segundo regras próprias ou a colocação em prática de disposições para manter os objetos materiais e simbólicos reclamados. Ver Neves, 1998.

²⁶A compreensão das práticas sociais dos demandantes de ajuda, dos *pedintes* e dos *mendigos* não pode estar restrita a este universo. Contudo, é importante destacar que esta tem sido a forma como tais segmentos têm sido estudados. Em caso contrário, o estudo da prática destes atores sociais e dos agentes institucionais que lhes dirigem bens e prescrições morais se superpõe. Suas ações recíprocas não são apreendidas pela interatividade do diálogo. Por isso, são apresentadas em textos ou em capítulos separados. Ver Stoffels, 1977; Vieira, 1992, entre outros.

²⁷Para análise de situações demonstrativas da relação entre desclassificações e atos sociais, ver Neves, 1983, 1994, 1995a, 1995b, 1999.

²⁸Sobre as formas contextualmente diferenciadas de reconhecimento dos *pobres*, ver Neves, 1983, 1994, 1995a, 1995b, 2002a.

²⁹Ver Neves, 2002a; 2002b, 2002c.

³⁰Esta perspectiva de entendimento pela moralização do comportamento dos hetero e auto-reconhecidos *pobres* pretende-se relativamente distanciada daquela que, na busca de especificidade, demonstra ser possível substantivar a moral dos *pobres* como peculiaridade cultural. A postura por mim adotada considera a moralização dos *pobres* e os efeitos de internalização de percepções de mundo como produtos coletivos da interferência diferenciada de diversos segmentos da sociedade. Para melhor entendimento da especificidade do ponto de vista por mim adotado, um dentre muitos possíveis, contraste-o com o valorizado por Sarti, 1996.

³¹Para a análise do campo institucional da caridade, inspirei-me nas contribuições conceituais de Bourdieu, especialmente as sistematizadas em *Questions de sociologie* (1980).

³²É o caso do francês Abbé Pierre e da Madre Teresa de Calcutá, que fornecem à caridade desinteressada

da seus panteões e exemplos de contraposição ao egoísmo, especialmente aquele construído sob a cultura burguesa, legitimado no *laissez-faire*.

³⁵ Para uma análise do processo de institucionalização do *cadastro* dos beneficiários da assistência social, ver Castel, 1995 e Neves, 2001.

³⁶ Para melhor compreender essas relações neste artigo anunciadas, ver Neves, 2002b.

³⁷ Ver Neves, 2002e.

³⁸ As formas de participação dos beneficiários na administração concorrencial e acumulativa de bens foram também analisadas por Silva e Milito, 1995.

³⁹ Sobre a trajetória dos significados atribuídos ao termo *pobre*, durante os séculos XVI e XX, ver Sassier, 1990.

⁴⁰ Ver também Mollat, 1978.

⁴¹ Ver também Brébant, 1984.

Referências bibliográficas

ABÉLÈS, Marc (2002). *Les nouveaux riches. Un ethnologue dans la Silicon Valley*. Paris: Editions Odile Jacob.

BARRET-DUCROCQ, Françoise (1991). *Pauvreté, charité et morale à Londres au XIXe siècle. Une sainte violence*. Paris: Presses Universitaires de France.

BOURDIEU, Pierre (1980). *Questions de sociologie*. Paris: Éditions de Minuit.

_____. "A demissão do Estado". BOURDIEU, P. (org.) (1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 215-224.

BRÉBANT, Brigitte (1984). *La pauvreté, un destin?* Paris: L'Harmattan.

CASTEL, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.

FERRAND-BECHMANN, Dan (2000) – *Le métier de bénévole*. Paris: Anthrope.

GOHN, Maria da Glória (1997). *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez.

GUESLIN, André (1998). *Gens pauvres, pauvres gens dans la France du XIXe siècle*. Paris: Aubier.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley (1979). *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus.

LANDIM, Leilah (1995) "Apresentação". *Pobreza e Trabalho Voluntário*. Estudos sobre a ação social

católica no Rio de Janeiro. Projeto Filantropia e Cidadania. Textos de Pesquisa. Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa do ISER:5-6.

LYET, Philippe (1997). *L'organisation du bénévolat caritatif*. Paris: L'Harmattan.

MOLLAT, Michel (1978). *Les pauvres au Moyen Age. Étude sociale*. Paris: Hachette.

NEVES, Delma Pessanha (1983). "Mendigo: o trabalhador que não deu certo", *Revista Ciência Hoje*, Nº 4, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, RJ.: 15-27.

_____. (1994). "La misère en spectacle". *Cahiers du Brésil Contemporain* Nº 25/26. Maison des Sciences de l'Homme. Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain. Paris: 61-80.

_____. (1995a). "A Miséria em espetáculo". *Serviço Social e Sociedade* Nº 47 Ano XVI: 79-88.

_____. (1995b). "A trajetória da população de rua e suas estratégias de sobrevivência". ROSA, Cleisa M.M. *População de Rua Brasil e Canadá*, São Paulo, Ed Hucitec: 34-38, 61-70.

_____. (1998). *A transmissão de patrimônios: potencialidades metodológicas da situação extrema*. Trabalho apresentado no GT Padrões de Herança, organização social e questão ambiental no meio rural brasileiro. XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Vitória, 5 a 9 de abril de 1998.

_____. (1999). "Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos". *Cadernos CRH* vol.30-31, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999: 111-134.

_____. (2001) "Os chamados e os escolhidos". *Revista Fronteiras*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (no prelo).

_____. (2002a). "O legado da pobreza e a inserção geracional". *Revista Ilha*, Universidade Federal de Santa Catarina (no prelo).

_____. (2002b) "Matricentralidade, indigência e enraizamento familiar". *Cadernos CERU*. Série 2, n.º 13: 211-230.

_____. (2002c). "Apresentação. A gestão da precária inserção geracional". *Cadernos ICHF*, n.º 78, Niterói, ICHF/UFF, 2002c.

_____. (2002d). "La pauvreté comme legs. Le travail des enfants dans l'État de Rio de Janeiro". *Études rurales: exclusions*. Paris, v. 159: 55-72.